DocuSign Envelope ID: 92E47104-5668-43BE-93EC-2BFEE53DB26E

Araucária Saneamento S.A.

CNPJ nº 12.049.167/0001-26

Demonstração Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais	31/12/2022	31/12/2021
Ativo/Circulante	38.541	37.717
Caixa e equivalentes de caixa	6.017	5.011
Fundo restrito	–	3.999
Contas a receber	4.360	3.929
Contas a receber de locação de ativos	28.139	24.705
Outros créditos	25	73
Não Circulante	110.806	109.509
Realizável a Longo Prazo		
Contas a receber locação de ativos	106.739	109.503
Fundo restrito	4.067	–
	110.806	109.503
Intangível	–	6
	–	6
Total do Ativo	**149.347**	**147.226**

Balanços Patrimoniais	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante	12.134	18.288
Debêntures privadas	7.918	14.288
Fornecedores	3	3
Obrigações fiscais	766	745
Partes relacionadas	13	11
Dividendos a pagar	3.393	3.171
Outras obrigações	41	70
Não Circulante	70.441	71.354
Debêntures privadas	69.973	70.744
Outras obrigações	468	610
Total do passivo	82.575	89.642
Patrimônio Líquido	66.772	57.584
Capital social	17.800	17.800
Reserva legal	3.560	3.072
Reserva de lucros	45.412	36.712
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**149.347**	**147.226**

Demonstrações do Resultado	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida	26.986	23.490
Lucro Bruto	26.986	23.490
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(2.243)	24
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(6)	–
	(2.249)	24
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	24.737	23.514
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	1.083	375
Despesas financeiras	(8.617)	(7.898)
	(7.534)	(7.523)
Lucro Operacional Antes dos Impostos	17.203	15.991
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Correntes	(3.143)	(2.640)
	(3.143)	(2.640)
Lucro Líquido do Exercício	**14.060**	**13.351**
Lucro por ação - básico e diluído - R$	**0,790**	**0,750**

Demonstrações do Resultado Abrangente	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	14.060	13.351
Total do resultado abrangente do exercício	**14.060**	**13.351**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2021	17.800	2.405	27.199	–	–	47.404
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	13.351	13.351
Complemento de reserva legal	–	668	–	–	(668)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(3.171)	(3.171)
Transferência para reserva de lucros	–	–	(27.199)	36.711	(9.512)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**17.800**	**3.073**	**–**	**36.711**	**–**	**57.584**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	14.060	14.060
Complemento de reserva legal	–	487	–	–	(487)	–
Dividendos complementares	–	–	–	(1.479)	–	(1.479)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(3.393)	(3.393)
Transferência para reserva de lucros	–	–	10.180	–	(10.180)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**17.800**	**3.560**	**10.180**	**35.232**	**–**	**66.772**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.060	13.351
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Juros sobre debêntures	8.461	7.739
Remuneração do contas a receber de locação de ativos	(27.925)	(24.341)
Redução ao valor recuperável do contas a receber de locação de ativos	1.527	(361)
Amortização dos custos de transação das debêntures	152	152
Baixas do ativo imobilizado e intangível	6	–
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(431)	(257)
Contas a receber de locação de ativos	25.728	23.317
Depósitos judiciais	–	36
Outros créditos	48	(48)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	–	3
Obrigações fiscais	21	75
Partes relacionadas	2	1
Outras obrigações	(171)	(151)
Caixa gerado nas atividades operacionais	21.478	19.516
Juros pagos sobre as debêntures	(8.461)	(7.740)
Caixa oriundo das atividades operacionais	13.017	11.776
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Fundo restrito	(68)	(185)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(68)	(185)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de debêntures (principal)	(7.293)	(6.643)
Pagamento de dividendos	(4.650)	(5.821)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(11.943)	(12.464)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.006**	**(873)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.011	5.884
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.017	5.011
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.006**	**(873)**

Diretoria

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente
Marco Aurélio Lima Fontoura - Diretor Técnico
Carlos de Loyola e Silva - Diretor Administrativo

Contador

Rodrigo Basso - CRC 1SP266229/O-8

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Araucária Saneamento S.A. -** São Paulo - SP **- Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Araucária Saneamento S.A. ("Sociedade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Araucária Saneamento S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto a seguir, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Desta forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos a seguir, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. **Reconhecimento da receita de locação de ativos:** A Sociedade mantém o montante de R$ 134.878 mil registrados como contas a receber de locação de ativos em 31 de dezembro de 2022, relacionados ao Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 que tem como objeto à locação de ativos, precedida da concessão do direito real de uso das áreas e da execução das obras. Os valores do contas a receber de locação de ativos possuem expectativas de recuperação ao longo do respectivo Termo de Contrato, baseada na remuneração do Valor do Montante periódico Líquido (VML) recebido do poder concedente (SABESP) até o término do contrato, descontados a valor presente pela taxa de retorno do investimento. Devido ao contas a receber de locação de ativos serem amortizados pela contraprestação recebida (VML) ao longo do termo de contrato, a Administração da Sociedade avalia, no mínimo anualmente, a existência de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) desses ativos, e adicionalmente opta por divulgar sua análise do valor com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nosso enfoque de auditoria consistiu em obtenção de conhecimento sobre fluxos de negócios e de aspectos contratuais, incluindo controles exercidos. Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entrevistas com o departamento operacional da Sociedade, além da sua área financeira-contábil, para entender situações de possíveis riscos relacionados ao Termo de Contrato; (ii) obtenção de opinião do departamento jurídico da Sociedade acerca de identificar eventuais litígios em disputa relacionada ao Termo de Contrato entre a Sociedade e o poder concedente; (iii) revisão de atas das reuniões da diretoria e conselhos da Sociedade com o objetivo de se identificar problemas relacionados a continuidade do Termo de Contrato; (iv) revisão do modelo financeiro de fluxo de caixa das contraprestações a receber (VML) até o final do Contrato, descontado, pela taxa de retorno do investimento. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do referido modelo e as principais premissas utilizadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em sua versão resumida e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de qualquer decisão. As demonstrações contábeis completas auditadas da Sociedade podem ser acessadas no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.gazetasp.com.br/

SANEVAP Saneamento do Vale do Paraíba S.A.

CNPJ nº 14.288.367/0001-67

Demonstração Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais	2022	2021
Ativo/Circulante	**25.296**	**21.973**
Caixa e equivalentes de caixa	5.270	4.287
Contas a receber	1.440	1.298
Contas a receber de locação de ativos	18.586	16.318
Impostos a recuperar	–	21
Outros créditos	–	49
Não circulante	**78.797**	**80.037**
Realizável a longo prazo	**78.797**	**80.031**
Contas a receber	122	122
Contas a receber locação de ativos	75.714	77.265
Fundo restrito	2.961	2.644
Intangível	–	6
	–	**6**
Total do ativo	**104.093**	**102.010**

Balanços patrimoniais	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**6.689**	**11.900**
Empréstimos e financiamentos	4.068	9.559
Fornecedores	3	3
Obrigações fiscais	570	493
Partes relacionadas	11	9
Dividendos a pagar	2.037	1.836
Não circulante	**65.251**	**62.140**
Empréstimos e financiamentos	65.251	62.140
Total do passivo	71.940	74.040
Patrimônio líquido	**32.153**	**27.970**
Capital social	7.826	7.826
Reserva legal	1.565	1.565
Reserva de lucros	22.762	18.579
Total do passivo e patrimônio líquido	**104.093**	**102.010**

Demonstração do Resultado	2022	2021
Receita líquida	18.060	15.773
Lucro bruto	18.060	15.773
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(1.361)	44
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(6)	–
	(1.367)	**44**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**16.693**	**15.817**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	763	238
Despesas financeiras	(7.240)	(6.633)
Lucro operacional antes dos impostos	**(6.477)**	**(6.395)**
	10.216	**9.422**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(2.069)	(1.723)
	(2.069)	**(1.723)**
Lucro líquido do exercício	**8.147**	**7.699**
Lucro por ação - básico e diluído - R$	**1,041**	**0,984**

Demonstração do resultado abrangente	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**8.147**	**7.699**
Total do resultado abrangente do exercício	**8.147**	**7.699**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º/01/2021	**7.826**	**1.210**	**13.071**	**–**	**–**	**22.107**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	7.699	7.699
Complemento de reserva legal	–	355	–	–	(355)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(1.836)	(1.836)
Transferência para reserva de lucros	–	–	(13.071)	18.579	(5.508)	–
Saldos em 1º/01/2022	**7.826**	**1.565**	**–**	**18.579**	**–**	**27.970**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	8.147	8.147
Dividendos complementares	–	–	–	(1.927)	–	(1.927)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(2.037)	(2.037)
Transferência para reserva de lucros	–	–	6.110	–	(6.110)	–
Saldos em 31/12/2022	**7.826**	**1.565**	**6.110**	**16.652**	**–**	**32.153**

Demonstração do Resultado	2022	2021
Demonstrações dos fluxos de caixa	**2022**	**2021**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.147	7.699
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	7.238	6.632
Remuneração do contas a receber - locação de ativos	(18.676)	(16.330)
Redução ao valor recuperável do contas a receber de locação de ativos	1.107	(261)
Baixas do ativo imobilizado e intangível	6	–
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(142)	(85)
Contas a receber de locação de ativos	16.852	15.316
Impostos a recuperar	21	(1)
Depósitos judiciais	–	17
Outros créditos	49	(28)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	–	(9)
Obrigações fiscais	77	54
Partes relacionadas	2	(3)
Caixa gerado nas atividades operacionais	14.681	13.001
Juros pagos sobre os empréstimos e financiamentos	(3.991)	(1.978)
Caixa oriundo das atividades operacionais	10.690	11.023
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Fundo restrito	(317)	(113)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(317)	(113)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(5.627)	(7.672)
Pagamento de dividendos	(3.763)	(3.317)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(9.390)	(10.989)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**983**	**(79)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.287	4.366
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.270	4.287
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**983**	**(79)**

Diretoria

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente
Marco Aurélio Lima Fontoura - Diretor Técnico
Carlos de Loyola e Silva - Diretor Administrativo

Contador

Rodrigo Basso - CRC 1SP266229/O-8

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. -** São José dos Campos - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. ("Sociedade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 027006/O-4 F

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em sua versão resumida e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de qualquer decisão. As demonstrações contábeis completas auditadas da Sociedade podem ser acessadas no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.gazetasp.com.br/

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 260ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 260 ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), o **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 14.12 do Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI da Emissão ("Assembleia"), a ser realizada, **em segunda convocação em 19 de abril de 2023, às 14h00min de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração da cláusula 14.3. do Termo de Securitização a fim de ajustar o quórum de instalação das Assembleias Especiais de Investidores dos CRI, substituindo o quórum de instalação em primeira convocação de 2/3 (dois terços) dos titulares dos CRI em Circulação para 1/3 (um terço) dos titulares dos CRI em Circulação, de forma que a redação da referida cláusula passe a viger da seguinte forma: *"14.3. Forma de Convocação. A convocação da Assembleia Especial de Investidores dos CRI far-se-á mediante edital publicado com a antecedência de 20 (vinte) dias corridos para primeira e segunda convocação, no site utilizado pela Emissora para divulgação de suas informações societárias, sendo que instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença dos Titulares dos CRI que representem, pelo menos, 1/3 dos titulares dos CRI em circulação, em segunda convocação, com qualquer número. Não se admite que a segunda convocação da Assembleia Especial de Investidores dos CRI seja publicada conjuntamente com a primeira convocação."* (ii) Aprovar a alteração da clausula 14.7.1. do Termo de Securitização a fim de ajustar o quórum de deliberação das Assembleias Especiais de Investidores dos CRI, substituindo o quórum de deliberação de 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI Sênior por maioria dos votos dos presentes Titulares dos CRI Sênior, em acordo com o Artigo 30 da Resolução CVM nº 60, de forma que a redação da referida cláusula passe a viger da seguinte forma: *"14.7.1. As deliberações em Assembleia Especial serão tomadas por Titulares dos CRI representando a maioria de votos dos presentes Titulares dos CRI Sênior para todas as matérias, incluindo, mas não se limitando as seguintes: (...)"* (iii) Aprovar a celebração de aditamento ao Termo de Securitização a fim de adequar as regras sobre Assembleias Especiais de Investidores dos CRI a Resolução CVM nº 60, para ajustar o prazo e a forma de publicação do edital de convocação, conforme transcrição da cláusula no item (i); e (iv) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Mícrosoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário corporate@vortx.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de abril de 2023.

TRUE SECURITIZADORA S.A. - Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

KENEL CLUBE SÃO PAULO
FCI / CBKC / FCSP
CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De acordo com os artigos 16 e 17 dos Estatutos Sociais, ficam os Senhores(as) Associados(as) convocados para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA do Kenel Clube São Paulo, observadas as seguintes informações: **DATA**: 29 de abril de 2023. **LOCAL**: Sede-social do KCSP (Rua José dos Santos Junior, 405) - São Paulo - SP **ORDEM DO DIA - 1.** Aprovação das contas e demonstrações financeiras do período findo em 31.12.2022; **2.** Assuntos diversos. **3.** Reajuste valor da anuidade de associado. **HORÁRIO:** A partir das 11:00 hs em primeira convocação, com a presença mínima da metade mais um Associado ou as 11:15 hs em segunda e definitiva convocação com qualquer número de Associados. São Paulo, 11 de abril de 2023.

Shirley Atalla - Presidente Diretoria Executiva

Gedepar Empreendimentos, Serviços e Participações S/A

CNPJ nº 18.710.692/0001-27

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispostivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social referente ao findo em 31 de dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Liquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa. São Paulo, 31 de dezembro de 2022. *A Diretoria*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro *(Em Reais R$)*

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Ativo Circulante	**7.873.763**	**46.015.161**	**Passivo Circulante**	**147.191**	**25.267.134**
Disponível	**7.784.024**	**46.013.243**	Fornecedores	–	76
Caixa e Banc